

AS MÚLTIPLAS FACES DA UNIVERSIDADE

Clélia PERETTI*

Resumo

Ao analisarmos retrospectivamente a idéia de universidade, deparamo-nos com as diferentes faces que ela foi assumindo no decurso histórico. Embora a universidade tenha enfrentado a crise de identidade, tenha trocado sua missão por algum papel de ocasião, continua sendo uma “instituição” de pesquisa e de descoberta da verdade. A universidade continua formando dialéticos, contemplativos, fabricando retóricos, homens práticos e governantes e, ao mesmo tempo, transitando do Estado para o mercado. Cabe a nós, portanto, ver como a universidade está pensando a si mesma perante as profundas transformações epistêmicas e sócio-institucionais que acontecem nos dias atuais. Este artigo mostra que a singularização da instituição universitária não é apenas a sua capacidade de adaptação às diferentes transformações, e sim a sua imunidade às dúvidas e perplexidades que acompanham normalmente o seu processo de adaptação às exigências sócio-políticas na qual se insere.

Palavras-chave: universidade, políticas educacionais, formação.

Riassunto

Analizando retrospectivamente l' idea di università ci troviamo di fronte alle diverse connotazioni che essa há assunto nel corso della storia. Nonostante la crisi di identità, lo scambio della sua missione per qualsiasi altro compito. Ancora oggi l'università continua ad essere una istituzione di ricerca e di scoperta della verità. L'università continua a formare dialettici, contemplativi, rettori, uomini pratici e governanti e nello stesso tempo transita dallo Stato al mercato. Il compito che ci rimane é de vedere come l' università pensa se stessa nel contesto delle profonde trasformazioni epistemologiche e socio-instituzionali nei nostri giorni. Nella lettura di questo artigo vedremmo che ciò che distingue l'istituzione universitaria dalle altre istituzioni non é solo la sua capacità di adattarsi alle diverse mutazioni, ma si l'immunità ai dubbi e alle perplessità che accompagnano normalmente questo processo di adattamento alle esigenze socio-politiche in cui si inserisce.

Parole-chiavi: università, politiche educative, formação.

* Mestranda em educação PUCPR, Laurea di dottore in pedagogia. Magistero in Scienze religiose (Itália), Licenciatura Plena em pedagogia, Especialista em Gestão Colegiadas de Escolas Católicas, Professora PUCPR.

Introdução

Uma breve retrospectiva da evolução histórica do conceito de universidade já nos permite identificar as suas múltiplas faces. A idéia de universidade abarca, ao mesmo tempo, *a discere tuba volens*, sedenta de contemplação teórica, os esplêndidos institutos de formação de uma casta governante, os núcleos auxiliares para o treinamento de mão-de-obra industrial e as estações redistribuidoras de slogans políticos.

A universidade de hoje é a mesma de ontem? Certamente não! O campo da educação está fortemente minado pelas mudanças sociais, econômicas e políticas. Essas mudanças colocam em jogo não somente os significados do social, do humano, do político, do econômico, do cultural e do educativo, como afirma SILVA (1999), mas também a própria concepção de conhecimento.

A proposição de um novo paradigma de conhecimento proposto pelos organismos internacionais e nacionais determinam, em grande parte, o ponto de convergência da idéia de universidade.

Percebe-se, nos objetivos das reformas atuais da educação, a intenção de transformá-la em simples mercadoria, vinculando-a às necessidades e aos interesses do grande capital, e obrigando as universidades a funcionarem como empresas. Encontramo-nos, assim, diante de um processo de homogeneização conduzido pelos estrategistas neoliberais da educação.

O conhecimento deixa de ser uma questão cultural, ética e política para se transformar numa questão simplesmente técnica. Perante esse processo, a subjetividade se vê mais uma vez recalçada pela dominação política e as reformas educacionais reduzidas aos imperativos e às formas pelas quais os governos tratam os problemas educacionais.

Diante dessas constatações, surge a preocupação com os rumos que as universidades estão tomando no amanhecer deste novo século: para quais finalidades estão voltadas e quais compromissos estão assumindo na sociedade em que se inserem.

É necessário, portanto, ter clareza sobre o papel que a universidade exerce no contexto social e que a educação e o conhecimento não são somente elementos propulsores da esfera econômica, dos sistemas produtivos da competitividade internacional, dos avanços tecnológicos, mas também da esfera da humanização, da democratização e da emancipação do homem. É preciso construir uma compreensão histórica da universidade, enquanto instituição que transcende pessoas e gerações, tendo-se presente que essa instituição aponta para o futuro e ultrapassa governos, pois sua missão é promover o avanço do saber, da descoberta e ser espaço de socialização do saber. A universidade deve salvaguardar sua vocação

primeira de buscar a verdade e de procurá-la na comunidade dos pesquisadores e dos estudantes; é a verdade em toda a sua extensão que constitui a universidade.

2. O que é uma universidade?

Não há na face da Terra algo que tenha mudado tanto à sua forma e continuado com a mesma identidade do que as universidades. Com o passar dos séculos, essas instituições sofreram verdadeiras metamorfoses que a transformaram da água para o vinho. Atribuíam-se inúmeras funções e prerrogativas às universidades sem ao menos se perguntarem o que era uma universidade. Podemos dizer que a universidade dos dias de hoje é como um homem que era monge e que, em um determinado momento, resolveu abandonar a vida monástica para casar-se e ter filhos, mas que talvez não tinha muita clareza sobre o que deveria ser o futuro dos filhos e estes seguiram os caminhos mais diversificados e, mais do que isso, aquele homem continua a declarar-se monge.

O mesmo ocorre com a universidade, onde se podem ver quase de forma clara, fases muito semelhantes à metáfora acima. No nosso entender, a função basilar da universidade seria a de preparar e formar cidadãos capacitados intelectualmente, todavia, e, sem levar em consideração a formação histórica dessa instituição, o debate muitas vezes fica dividido em dois pólos mediáticos e imediatistas. De um lado estão os que crêem, os que defendem as universidades privadas e a preparação profissional para o mercado; do outro, estão aqueles que defendem que todas as universidades devem ser públicas e devem formar militantes políticos, intelectuais orgânicos gramscinianos.

Afirmamos que esta discussão está fora de foco, principalmente porque na maioria das vezes se vê polarizada quanto às dimensões pública e privada o que, por sua vez, é uma discussão vaga, porquanto ambas devem ter condições para realizar a atividade basilar de uma universidade, que é a formação de pessoas com capacidades técnico-científica e política para promover os valores fundamentais para a sociedade. O que não se tem discutido é justamente a profundidade da problemática, isto é, perguntar se o estado em que estão as universidades é o de universidade. Para que possamos compreender esta questão, procuraremos apontar alguns tópicos que julgamos serem indispensáveis para compreender o que são, o que eram e como estão as universidades.

Aqueles que consideram que o intelectual deve construir estratégias para tomar o poder dos atuais donos do poder e nada mais, reduzem a cultura a estratégias políticas e cacoetes de campanha. Reduz-se, assim, a dimensão ontológica da cultura à vil dimensão maniqueísta da política. Em outras pala-

vas, na desculpa de se moralizar a política, os intelectuais orgânicos politizam a moral (as campanhas de ética), como também a religião (a teologia da libertação), as relações entre marido e mulher e as relações entre negros e brancos (os movimentos dos politicamente corretos). Desse modo, esses elementos não apenas fazem uma inversão de valores como também uma profunda perversão deles.

Pois bem, mas se a atual situação dos intelectuais universitários está muito distante do que eram os intelectuais no florescer das universidades, como essas instituições eram?

Antes de qualquer coisa, as universidades não nasceram como instituições oficiais, mas sim, como clubes de aficionados que eram movidos unicamente pelo anseio de conhecimento¹. Eram nada mais que grupos de estudos em que não se mediam esforços para se obter a verdade. Todavia, o que se vê nos dias de hoje, é uma massa de intelectuais que se movem unicamente pelo anseio de realizar a manutenção da eficácia do aparato tecnológico e a divisão do poder político. Tudo que se diz em público tem apenas duas finalidades: a manutenção da ordem político-econômica e a sua alteração, tudo gera em torno da questão econômica.

O sentimento que movia os intelectuais do final da Idade Média ao estudo era a profunda devoção religiosa que absorvia por inteiro as almas em movimento de ascensão. São homens animados por esse sentimento que irão fundar as universidades.

Os estudantes vinham em grandes grupos para esses centros de estudos e eram designados como *discere turba volens* (do latim: turma dos que querem aprender) cuja atividade mais elevada era o cultivo da vida contemplativa e teórica. Tal era o valor que se dava aos estudantes insentos das demais atividades para que pudessem se dedicar de corpo e alma nos estudos, independente dos resultados que poderiam vir a proporcionar de sua atividade discente. Não obstante, essa “inutilidade” era sustentada não pela igreja ou pela nobreza, mas sim pelos homens ricos das cidades e pelos feirantes dos mercados, os quais não exigiam nenhum retorno prático ou financeiro, pois sabiam da importância de se procurar a verdade para elevar a alma humana (a cultura, no caso). O mecenato era uma prática corriqueira e, sem se preocupar com a origem do estudante - pois as universidades não eram ligadas a nenhum grupo político ou nação - eram um grupo universal. Aquele que se tornava um universitário deixava de lado a sua identidade regional e se tornava um universitário orgulhoso de sê-lo; os mecenas os amparavam.

Outro ponto de basilar importância é de que a noção de universidade como transmissora do conhecimento não existia nesse momento de seu nascimento como também essa idéia ficou ausente no decorrer dos próximos três

séculos, a contar da criação da Universidade de Bolonha, a pioneira. O que existiam eram apenas a *Universitas magistrorum es scholarum* (do latim: o conjunto de professores estudantes). O que movia as universidades não era a idéia de ser uma transmissora de conhecimento, mas sim a idéia de ser um centro de procura do conhecimento. Aquela pretensão só surgirá com o aparecimento dos Estados Nacionais e das Monarquias Absolutistas, quando as primeiras universidades serão mantidas pelo Estado. Até então, a preocupação dos membros da universidade era basicamente obter uma compreensão mais clara do mundo e da realidade em sua dimensão interina. Os membros da universidade tinham como fim último de seus estudos o conhecimento e nada mais. O que lhes importava era a verdade, não importando se a sua descoberta levava à negação de suas proposições. Com o surgimento dos Estados Absolutistas e Nacionais, o fim último das universidades não era mais o conhecimento em si, mas a preocupação que os estudos levassem à manutenção do poder vigente e à usurpação do mesmo (principalmente com o advento do Iluminismo).

Doravante, ao contrário de nossos dias, a universidade não era a única detentora da palavra, não era a entidade oficial incumbida da manutenção do estado da alma humana, não era ela a toda poderosa senhora do saber como é hoje. Além dos universitários, havia as ordens religiosas isoladas, as ordens religiosas místicas e os monastérios, que também exerciam uma forte influência junto à opinião pública, tendo os mesmos méritos que eram cabidos aos universitários. Como também havia os poetas e trovadores errantes que iam de cidade em cidade levando, além de sentimentos novos, também idéias novas. Havia, ainda, sábios independentes, geralmente alquimistas, que se ocupavam de investigações sobre as quais raramente um universitário se arriscaria de opinar. Não podemos nos esquecer também das corporações de ofícios, detentoras de conhecimentos espirituais, científicos e técnicos que escapavam aos dedos das mãos da universidade.

Nesse cenário, a universidade era apenas mais uma fonte de conhecimento, mais um grupo de pessoas responsáveis pelo ensino, apenas maior em número de membros integrantes, mas não o mais poderoso e importante. E era essa posição que fazia ressaltar sua grandeza das demais entidades e pessoas; não era o nome da instituição que garantiria a um homem o título de sábio, mas o que ele era. A universidade não era nem tinha a pretensão de ser naqueles tempos a senhora do saber, mas apenas procurá-lo.

Com o advento do Estado Absolutista, esse tipo de relação existente entre as universidades e demais entidades passa a se esfacelar e ressurgirá apenas no século XIX com o nascimento das democracias; todavia, não mais como uma prática real e cotidiana, agora somente como um ideal, e nada mais. Porém, como se desencadeará todo esse processo de decadência das Universidades?

Com o passar dos anos, a comunidade universitária foi crescendo muito em número de integrantes, o que despertou o interesse dos senhores do poder entre os séculos XIV e XVII, devido ao potencial apoio político que estes homens representaram. Diante desse fenômeno, novas concepções de ensino foram sendo implantadas nas universidades, de fora para dentro. De agora em diante, a *discere turba volens* passou a ser o foco de influência política em que, de um lado, estará o Sacro Império e, do outro, os Estados Absolutistas nascentes. Esse fenômeno foi lentamente sufocando a criatividade e a iniciativa espontânea que imperava no seio daquele centro de saber.

As novas universidades criadas pelas Monarquias Absolutistas irão direcionar suas energias para a construção de novos valores e crenças, ligados à idéia de Nação. No que tange a esse ponto, a universidade se descaracteriza por completo do que ela era essencialmente quando surgiu: internacionalismo e universalismo. A verdade não tem fronteiras nem cor e muito menos bandeira nacional e política, porém, a partir daí, para que uma verdade possa ser dita, terá ela de se maquiar, de se fantasiar de mascote de uma comunidade imaginária composta pelas nações e, mais tarde, terá até de ser silenciada para o bom andamento da marcha do poder de uma facção política. A verdade, que era fim último de qualquer estudo, passa a ser considerada como uma vaidade de nossos ancestrais.

Desse modo, as universidades perdem a sua capacidade de ascensão intelectual e, em compensação, ganham em poder de influência política. Trocou-se a criatividade, o poder intelectual pelo poder ideológico de toda a sociedade.

Tal como nos ensinam as antigas escrituras hindus, a perda ascensional (*sattwa*) é seguida de uma expansão 'horizontal' (*rajas*) que a compensa a maneira mais ou menos ilusória; será preciso aguardar o século XX para que o movimento se complete, numa queda abissal (*tamas*) que transformará as universidades em quartéis-generais de movimentos totalitários (fascismo, nazismo, comunismo, fundamentalismo).

De agora em diante, o que é mais incrível nisso tudo, é como algo que sofreu tantas metamorfoses, transformando-se em fatos distintos e muitas das vezes antagônicos, continua a se afirmar sendo fenômeno só. Como enquadrar em uma mesma denominação a *discere turba volens* medieval, sedenta de contemplação teórica, os elegantes institutos de formação da classe governamental das Coroas Absolutistas, os núcleos de treinamento de mão-de-obra e de distribuição de slogans ideológicos, conforme vê nos dias de hoje? Como falar que água e vinho têm o mesmo aroma e sabor do primeiro? É nisso que se constitui a universidade nos dias de hoje?

A universidade, com o passar dos séculos, foi mudando toda a sua composição substancial e continuou a se identificar com o que ela era no princípio, como no exemplo das bebidas acima. Passa longe das mentes acadêmicas fazer uma autocrítica, refletindo sobre a sua formação histórica. Ao invés disso, ela procura se incumbir da mundanidade do tempo presente e procura pensar a sua existência a partir dos problemas externos a ela, ao invés de procurar meios de reafirmar o seu estatuto originário, procura cada vez com mais afinco, servir as potestades das trevas sobre as quais que tanto São Paulo nos advertia.

Cada vez mais as universidades procuram servir de forma prática para formar profissionais que irão atuar na indústria e no comércio ou, para servirem de maneira útil como divulgadoras e porta vozes dos slogans políticos de grupos que estão ávidos de chegar ao poder. As universidades se “autobajulam” e crêem que isto seja autocrítica.

Entidades como exército, polícia, igrejas, família, parlamentos, empresariado, sindicatos, organizações e sociedades secretas, partidos políticos tiveram que um dia enfrentar a hipótese de um fracasso essencial e a eventualidade de uma auto-extinção. Todas elas tiveram que responder às questões que os sucessivos momentos históricos lhe impunham, a fim de se auto-avaliarem e se refazer das cinzas da pós-autocrítica, para romperem as suas forças, aprendendo com a experiência o significado da modéstia e, muitas vezes, do silêncio. A única entidade que nunca duvidou de si mesma foi a universidade, trocando muitas vezes a sua missão de origem por algum papel de ocasião e despindo-se dele quando não mais convinha aos seus interesses, como um ator vulgar inundado de vaidade e soberba. Ela sim, nada mais é, que um recôncavo de oportunidades, especialista em sobrevivência e marketing da própria alma, e um monumento de auto-engano e que se ufana de tal feito.

Na gênese de seu berço esplêndido, toda, e qualquer idéia, para ser aceita, deveria passar por um rigoroso estudo e debate filosófico. Um bom exemplo dessa postura foi a entrada das idéias aristotélicas em seu bojo que, primeiramente foram estudadas e profundamente discutidas em debates públicos (para todo o público universitário), para só depois serem aceitas e consolidadas com a célebre obra de Santos doutores como São Tomás de Aquino e Duns Scot. Tal postura nos dias de hoje pareceria cena de “ficção científica” no seio das universidades contemporâneas, pois, ao contrário do esplendor dos áureos dias de sua gênese, quando surge algum intelectual que traga à tona ou erga alguma acusação contra as potestades da “sapiência”, eles fazem questão de acobertar o brilho das idéias dele para assim garantir a manutenção de sua inteligência postiça.

Esse é o cenário de muitas universidades brasileiras. Um ambiente mais preocupado com a autopromoção do que como o conhecimento da verdade.

Para estes, a sua função se reduz a dimensões funcionais, em torno de questões políticas e/ou ligadas ao desenvolvimento econômico.

3. Qual será o futuro da universidade?

Percebemos que, no decorrer da história, as “revoluções culturais” criaram um novo cenário mental para a humanidade, no qual todas as visões ou opiniões anteriores serão implicitamente inválidas como meras expressões subjetivas de um tempo que passou. Como, de outro lado, a nova cosmovisão também não se apresenta como verdade objetivamente válida e sim apenas como expressão de um “novo tempo”, já não se pode confrontar as idéias de hoje com as de antigamente para saber quem tem razão: o critério de veracidade foi substituído pelo da “atualidade” e como toda época é atual para si mesma, cada qual constitui uma unidade cerrada, com suas idéias válidas subjetivamente para ela. Platão tinha as idéias do “seu tempo”; nós a do “nosso tempo” – cada um na sua. Cabe, diante dessa reflexão, perguntarmos: qual é a idéia de conhecimento, de verdade e de universidade que nós contemporâneos possuímos?

Consideramos o conhecimento como um “elemento propulsor da esfera econômica, dos sistemas produtivos da competitividade internacional? O conhecimento, na era tecnológica, é objeto de disputa no mercado, é assunto de debates nos organismos nacionais e internacionais, direcionando os rumos da educação.

Os sistemas universitários, na América Latina, incorporam, na sua estrutura, as orientações políticas de Agências internacionais. Basta pensar na proposta divulgada, em 1990, pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) “a incorporação e difusão deliberada e sistemática do progresso técnico constitui o pivô da transformação produtiva e sua compatibilização com a democratização política e uma crescente eqüidade social” (AGUIAR, 1998, p. 103).

Doravante os marcos de referência para a universidade não serão mais de uma universidade voltada para o saber, para a busca incessante de um conhecimento superior, mas os marcos do sistema produtivo, seus suportes ideológicos, a nova forma de produção do capitalismo. O figurino da universidade “não é o de uma instituição pluridisciplinar onde se cultiva o saber pela pesquisa, a formação pelo ensino e o serviço pela extensão. Agora a universidade passa a ser pluridisciplinar, ou seja, como Proteu² ela assume mil formas, tantas quantas as necessidades do mercado e da integração dos mercados exigirem” (CASTANHO, 2000, p. 36). A imagem de Proteu enriquece a nossa reflexão sobre a universida-

de contemporânea. O deus marinho, isto é, os formuladores das políticas sociais e econômicas sabem que o futuro das instituições educativas está “na vinculação sistêmica entre educação, conhecimento e desenvolvimento” (AGUIAR, 1998, p. 103). Essa vinculação, aos poucos, constitui-se como um balizador das políticas educacionais. Vemos manifestar-se esse “Proteu” nas linhas de ação traçadas pela Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL) “embora não se constituía uma proposta de mudança específica do Ensino Superior, as teses aí esboçadas direcionam as ações nesse campo, ao lado do Documento de Política para el cambio y el Desarrollo en la Educación Superior”, divulgado pela UNESCO em 1995, os quais compõem uma parte significativa do arcabouço de idéias das agências de cooperação internacional cujo conhecimento é indispensável para o entendimento das medidas de política que vêm sendo implantadas [...] nas instituições de ensino superior da região” (AGUIAR, 1998, p. 103).

Vale afirmar que as agências internacionais têm exercido uma forte influência na definição das políticas para o setor da educação da América, e que o segredo do futuro, ou melhor, a atuação dessas agências de cooperação internacional continua velada pelo seu próprio poder.

Diante disso, ao invés de constantemente fazermos aquelas perguntas vagas, poderíamos ouvir o que as políticas educacionais, definidas pelos acordos internacionais e nacionais, têm a dizer sobre a educação.

No meio educacional sempre se afirma que se deve voltar à educação para a formação integral do cidadão, para preparar os jovens para o mercado de trabalho, para a vida. Porém, qual é o fim último da educação? Qual é o fim último traçado pelas políticas de cooperação à educação universitária?

Assim sendo, procuraremos analisar não os obstáculos impostos à educação, como recursos financeiros e materiais, mas discutir os males que afetam a educação nas suas raízes. Os sintomas desses males são vários, conforme veremos.

4. As Políticas educacionais definidas pelos acordos internacionais e nacionais

O Brasil, nos dias de hoje, está mergulhado em um profundo consenso e todos aqui estão convictos de que é só por meio de um bom sistema educacional que nós conseguiremos alcançar um salutar desenvolvimento econômico e só desse modo conseguiremos acabar com as mazelas sociais que permeiam o universo brasileiro.

Tanto pela mídia como em diferentes espaços sociais debatem-se as melhores formas para se viabilizar, via Estado, o acesso à educação pública para

todos, mas o que é sem dúvida importante, o que ninguém discute, é se realmente é assim, se é com uma educação que abranja a todos que se obterá um grande desenvolvimento econômico. Não se perguntam se essa é a real finalidade da educação.

Todos estão atrelados a um só tema, falando as mesmas coisas com diferentes palavras. Todos recorrem a exemplos históricos para comprovar as suas teses quanto à educação, dizendo que o “nosso país não vai para frente porque o acesso ao conhecimento sempre foi negado aos menos favorecidos, os poderosos sempre monopolizaram o acesso ao conhecimento.”

Desse modo, o debate sobre a educação se encontra mergulhado em meros slogans midiáticos temporários; o pensamento também se formará de forma rasa e momentânea, fundado em questões rasas e de pouca profundidade, que por sua vez, dará respostas infundadas e sem profundidade. Nesse contexto, as falácias tomam ares de argumentos lógicos, os enganos de verdade justificável, e a verdade é o disfarce de uma mentira bem contada. Como pode frutificar algo de bom de um debate que tenha estas características? Que tipo de preocupação move as pessoas a tomarem uma postura dessas?

Certamente é a falta de uma autoconsciência reflexiva e crítica, pela qual diria Olavo de Carvalho “o indivíduo humano é capaz de sobrepor-se às ilusões coletivas e de julgar o seu tempo. [...] O indivíduo, hoje deve recuperar a habilidade de discernir entre o que é verdadeiro e o que é falso, distinguir o que é real do que é ilusório ou aparente.” (CARVALHO, 2001).

Será que as políticas educacionais correspondem a esse desafio ou, como o seu linguajar neoliberal (globalizado) contribuem para o auto-engano? A resposta a esse quesito não é imediata; cabe a cada um de nós descobrir, nos meandros filosóficos e econômicos dos acordos de cooperação nacionais e internacionais, as finalidades traçadas para a sua realização.

A universidade, portanto, deve redescobrir, no decorrer da sua história, sua vocação de aproximação com a sociedade que serve por meio de um ensino que atenda a formação do homem para sua emancipação e integração na sociedade.

Conclusão

No atual contexto das políticas sociais o problema da Educação Superior passa por reformas estruturais que priorizam a racionalização dos investimentos financeiros e a satisfação das exigências do mercado nacional e internacional em detrimento da formação do homem – cidadão.

Essa constatação nos leva a pensar que as reformas na educação são

determinadas por preferências ideológicas e que no contexto de uma política neoliberal, é necessário pensar também na passagem da universidade da condição de instituição à de organização, isto é, “numa entidade cujo sucesso e eficácia se medem em termos da gestão de recursos e de estratégias de desempenho e cuja articulação com as demais se dá por meio da competição” (CHAUÍ, 1998, p. 218). Portanto, numa visão de organização, a universidade deve inserir-se no contexto geral da sociedade e, para garantir a sua permanência, deve adaptar-se às mudanças sociais e, ao mesmo tempo, adaptar seus currículos, seus programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho. Esse tipo de exigência nos remete a uma concepção de “universidade operacional”, a uma universidade cada vez mais voltada para si mesma, estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, organizada em “microorganizações”, regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional, e pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos (CHAUÍ, 1998, p. 220).

Diante desse quadro, só nos resta pensar que a educação vem eliminando sua marca essencial: a formação intelectual voltada para o conhecimento e a busca da verdade. Esse novo modelo de universidade reforça a ruptura com as idéias clássicas: a razão, a verdade e a história são “mitos totalitários; o espaço e o tempo são sucessão efêmera e volátil de imagens velozes e a compreensão dos lugares e instantes na realidade virtual, que apaga todo contacto com o espaço – tempo enquanto estrutura de mundo; a subjetividade não é a reflexão, mas a intimidade narcísica, e a objetividade não é o conhecimento do que é exterior e diverso do sujeito, e sim um conjunto de estratégias montadas sobre jogos de linguagem, que representam jogos de pensamento” (CHAUÍ, 1998, p. 221).

Saindo da linguagem filosófica, diríamos que a maior implicação das políticas sociais na Educação Superior se dá na fragmentação da pesquisa, pois “numa organização a pesquisa não é conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa” (CHAUÍ, 1998, p. 222). Continuando com o pensamento de Marilena Chauí, diríamos que “não há pesquisa numa universidade operacional” e ainda, este tipo de universidade não forma e não cria pensamento, ao contrário, “despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda a pretensão de transformação histórica como ação consistente dos seres humanos em condições materialmente determinadas” (CHAUÍ, 1998, p. 222).

Afirmando que a universidade é uma organização, estamos ainda definindo a universidade como um conjunto de muros e de dispositivos que rodeiam

e protegem o nosso trabalho teórico; a universidade não é somente um espaço, o ambiente ou o *'contexto'* onde se desenvolve o nosso trabalho e onde se transcorre parte de nossas vidas; é, na verdade, uma *condição transcendental*, no sentido kantiano, onde não apenas pensamos “na” universidade, mas pensamos universalmente (RINESI, 2001, p. 89).

O questionamento sobre a universidade como instituição ou organização nos leva a refletir na tarefa e na função da própria universidade. A universidade pública ou institucionalizada deve formar os cidadãos não para aquela empresa ou grupo econômico que a sociedade precisa, mas deve formar cidadãos reflexivos, críticos, capazes de fazer frente e de se posicionar perante os projetos políticos e econômicos dos grupos dominantes.

Hoje, mais do que nos tempos passados, a universidade deve se questionar sobre o que exatamente deve ser, a que deve dedicar a sua atenção, a quem deve servir, quando e por quê. Não podemos esquecer que a universidade, como qualquer outra instituição social, é inserida na história, na sociedade e vive no seu microcosmo, as mesmas vicissitudes do macrocosmo social. E, para que a universidade não se torne mera prestadora de serviços, satisfazendo somente as demandas do mercado, é necessário que recupere as características de criticidade e criatividade, isto é, sua capacidade de pensar e de inventar soluções para preservar seu espaço e garantir a liberdade de pensamento e de expressão, condições indispensáveis a sua sobrevivência.

Notas

- 1 O presente parágrafo tem como estrutura essencial o ensaio do professor OLAVO DE CARVALHO. *Considerações sobre a universidade* (Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org>), como a sua obra clássica *O Jardim das aflições*. Rio de Janeiro, ed. érealizações.
- 2 Proteu: do mito grego, protéus; deus marinho que conhece o futuro mas evita de revelá-lo transformando-se em animais ou mesmo em elementos como a água e o fogo, pelo latim Proteus. Aquele que muda facilmente de opinião ou de sistema. É considerado também como um dos satélites de Netuno. Esta nota não faz parte da citação do autor, mas é colocada aqui para explicar o uso que faremos desta imagem no corpo do texto.

Referências bibliográficas

AGUIAR, M. A. Sistemas Universitários na América Latina e as orientações políticas das agências internacionais. In: CATANI, A. M. (Org.). **Novas perspectivas na política de educação superior na América latina no limiar do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 1998.

CARVALHO, O. de. **A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra e Antonio gramsci.** 3. ed. Revista e aumentada. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho>. Acesso em: 15 de out. 2001.

_____. **Considerações sobre a universidade.** Disponível em: <http://www.olavodecarvalho>. Acesso em: 30 jun. 2001.

CASTANHO, S. E. M. A universidade entre o sim, o não e o talvez. In: VEIGA, I. P. A; CASTANHO, S. E. M. **Pedagogia universitária: aula em foco.** Campinas, SP: Papyrus, 2000.

CHAUÍ, Marilena. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, Hégio (Org.). **Universidade em ruínas: na república dos professores.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

RINESI, Eduardo. Universidade reflexiva e cidadania. In: SANTOS, G. A. dos (Org.). **Universidade, formação, cidadania.** São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, L. H. da. (Org.). **A escola cidadão no contexto da globalização.** 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

Bibliografia consultada

CATANI, A. M. (Org.). **Novas perspectivas políticas de educação superior na América Latina no limiar do século XXI.** Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Declaração Mundial sobre educação Superior no Século XXI: Visão e Ação. Marco referencial de Ação prioritária para a mudança e o desenvolvimento da Educação Superior.** Paris, 1998. Universidade Metodista de Piracicaba. UNIMEP.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã.** O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas: Rio de Janeiro Editora Civilização Brasileira S. A. 1980.

CUNHA, L. A. **Educação pública: os limites do estatal e do privado.** In: Política educacional: impasses e alternativas.

CURY, C. R. J. A educação Superior na nova Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional: Uma nova Reforma? In: CATANI, A. M. (Org.). **Novas perspectivas na política de educação superior na América latina no limiar do século XXI.** Campinas: Autores Associados, 1998.

FÁVERO, M. de L. de A. A dimensão histórico-política da Nova Lei de Diretrizes e bases e a Educação Superior. In: CATANI, A. M. (Org.). **Novas perspectivas políticas de educação superior na América Latina no limiar do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 1998.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial e a educação: reflexões sobre exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis : Vozes, 1995.o caso Brasileiro. In: GENTILI, Plabo (org.). **Pedagogia da exclusão: o neoibealismo e a crise da escola pública**. Petrópolis : Vozes , 1995.

RISTOFF, Dilvio. **A tríplice crise da universidade**: In: TRINDADE, H. (Org.) Universidade em ruínas: na república dos professores. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SANTOS, G. A. dos (Org.). **Universidade, formação, cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, D. **A nova Lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

TORRES, C. A. Estado, privatização e política educacional. Elementos para uma crítica do Neoliberalismo. In: GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública**. Petrópolis: Vozes, 1995.

ZAINKO, M. A. S. **Planejamento, Universidade e Modernidade**. Curitiba: All-Graf Editora, 1998.

Recebido em: 05/11/2001

Aprovado em: 19/11/2001